

EducArte: vivenciando a cultura-afro brasileira nas escolas municipais de Uruguaiana e no Centro de Atendimento Sócio educativo - Rio Grande do Sul – Brasil

Marta Iris Camargo Messias da Silveira¹

Rosângela Patrícia da Conceição Gomes²

Giovani da Rosa Alves³

Miriam Brongar da Fontoura⁴

Paulo Henrique Machry⁵

Resumo: O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre projeto de extensão desenvolvido na Unipampa/Uruguaiana – RS, financiado pelo Ministério de Educação, através do edital PROEXT/MEC 2010. Com a sanção da lei Federal 10.639/03 que trata da obrigatoriedade do ensino da verdadeira história africana e afro-brasileira nas instituições de ensino públicas e privadas, surge um conjunto de possibilidades de implementação da mesma com o apoio das universidades federais. O projeto objetiva ofertar aulas de dança-afro, percussão e capoeira nas escolas e espaços sócio-educativos, além de realizar grupos de estudos sobre as relações étnico raciais, direitos humanos e cidadania, a situação do negro e a educação. A universidade cumpre um importante papel ao estimular a criação de espaço para construção de conhecimentos e propor ações que aproximem o conhecimento científico das problemáticas sociais, valorizando os saberes populares. Vivemos em uma sociedade que teve a contribuição significativa de etnias que foram trazidas e vieram para o território brasileiro, onde construíram historicamente esta nação e, assim torna-se necessário suprimos um déficit em nossas escolas que não educam no trato com o respeito às diferenças e a importância do outro enquanto sujeito social que produz história. Metodologicamente, nos fundamentamos no referencial do materialismo-histórico e dialético proposto pela reconhecida obra “Coletivo de Autores”, a qual propõe como princípio pedagógico, partir-se da cultura corporal dos indivíduos para construir sua consciência coletiva. Esta ação busca a formação de futuros educadores, envolvendo acadêmicos de licenciatura e formar cidadãos ao propor atividades no contexto educacional que estimulem o combate ao racismo e ao pré-conceito.

¹ Profª da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Drª em Educação, Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UNIPAMPA, Campus de Uruguaiana – NEAB; irismessias@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Educação Física da UNIPAMPA, campus de Uruguaiana, bolsista PROEXT-MEC;

³ Acadêmico do Curso de Educação Física da UNIPAMPA, campus de Uruguaiana; bolsista PROEXT-MEC;

⁴ Acadêmica do Curso de Educação Física da UNIPAMPA, campus de Uruguaiana, bolsista PROEXT-MEC;

⁵ Acadêmico do Curso de Educação Física da UNIPAMPA, campus de Uruguaiana; bolsista PROEXT-MEC;

I – Introdução

Este trabalho se propõe a apresentar uma reflexão parcial do projeto de extensão desenvolvido na Unipampa/Uruguaiana – RS, financiado pelo Ministério de Educação, através do edital PROEXT/MEC 2010. Entendemos que com a sanção da Lei Federal 10.639/03 que trata da obrigatoriedade do ensino da verdadeira história africana e afro-brasileira nas instituições de ensino públicas e privadas, surge um conjunto de possibilidades de implementação da mesma com o apoio das universidades federais.

Partimos do conceito de “A extensão universitária como processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (Plano Nacional de Extensão Universitária, 2000/2001). Entende-se que a universidade tem o compromisso de produzir conhecimentos e propor ações para melhoria da qualidade de vida da população onde está inserida. Este compromisso torna-se imperativo no caso da universidade pública, pois esta é mantida pelo poder público. Desta forma, ações como esta aproxima a universidade da comunidade e ressarce a mesma por meio das tecnologias, práticas e conhecimentos voltados para o benefício da população.

O projeto objetiva ofertar aulas de dança-afro, percussão e capoeira nas escolas e espaços sócio-educativos, além de realizar grupos de estudos sobre as relações étnico-raciais, direitos humanos e cidadania, a situação do negro na sociedade e a educação brasileira. A universidade cumpre um importante papel ao estimular a criação de espaço para construção de conhecimentos e propor ações que aproximem o conhecimento científico das problemáticas sociais, valorizando os saberes populares.

Vivemos em uma sociedade que teve a contribuição significativa de etnias que foram “trazidas” e “vieram” para o território brasileiro, onde construíram historicamente esta nação e, assim, torna-se necessário suprimos um déficit em nossas escolas que não educam no trato com o respeito às diferenças e a importância do outro enquanto sujeito social que produz história. Metodologicamente, o projeto se fundamenta no referencial teórico do materialismo-histórico e dialético, proposto pela reconhecida obra “Coletivo de Autores” (2002), a qual propõe como princípio pedagógico partir da cultura corporal dos indivíduos para construir sua consciência coletiva. Esta ação busca a formação de futuros educadores, envolvendo acadêmicos de licenciatura e a formação de cidadãos ao propor atividades no contexto educacional que estimulem o combate ao racismo e promovam a igualdade racial.

II – As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino superior: Uma meta a ser cumprida

Dialogaremos, em um primeiro momento, com as “**Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**”, tornando possível entender a importância que projetos e ações como esta aqui relatada assume na contribuição para formação, principalmente, de futuros docentes comprometidos com o combate ao racismo e todas as formas de discriminação e preconceito.

Considerando que muito embora estas diretrizes nacionais não tenham a pretensão de serem fechadas a complementações, elas encaminham para o trato com esta temática também nos cursos de ensino superior.

Para tanto, com o objetivo de dar conta das demandas que a Lei Federal 10.639/03 coloca para as instituições de ensino e aos estabelecimentos de Educação Básica, nos níveis de Educação infantil, Educação Fundamental, Educação Média, Educação de jovens e Adultos e Educação Superior, precisa-se, segundo as diretrizes, providenciar o registro da história não contada dos negros, dando apoio aos professores na elaboração de projetos, planos, seleção de conteúdos e métodos de ensino, cujo enfoque seja a História e Cultura Afro-brasileira e Africana e a educação das relações Étnico-Raciais.

Juntamente com os NEABs- Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros das instituições de ensino superior deve-se providenciar o mapeamento e a divulgação de experiências pedagógicas de escolas, estabelecimentos de ensino superior e secretarias de educação, acolhendo as dúvidas e dificuldades dos professores.

As diretrizes encaminham para que se busquem subsídios com as organizações sociais, comunidades e organizações que tratem das questões que a Lei se reporta, promovendo a formação continuada dos professores, atendendo a determinação dos artigos 26 da Lei 9.394/96 com apoio do Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Professores do MEC.

Nos cursos de formação deverão estar contemplados temas como: análises das relações sociais e raciais no Brasil, conceitos e suas bases teóricas como o racismo, discriminações, intolerância, preconceito, estereótipos, raça, etnia, classe social,

diversidade, diferenças, multiculturalismo, bem como, mudanças na prática pedagógica, materiais didáticos na perspectiva de reeducação das relações étnico raciais e do ensino e aprendizagem da História e Cultura dos Afro-brasileiros e dos Africanos.

Em relação ao papel do ensino superior no intuito de cumprimento da lei 10639\03, deve ser considerada a necessidade de incluir em sua matriz curricular, seja nos cursos de licenciatura para educação infantil, séries iniciais e finais da educação fundamental e média ou educação de jovens e adultos, além dos processos de formação continuada de professores, disciplinas que abordem História e Cultura dos Afro-brasileiros e dos Africanos, sob vários recortes e de forma interdisciplinar.

Para tanto, deverão ser incluídos tais conteúdos em documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis - estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino. Deverá ser previsto nas finalidades, responsabilidades e tarefas dos conselhos escolares e de outros órgãos, do exame e encaminhamento de soluções para situações de racismo e de discriminações, buscando criar situações educativas onde as vítimas recebam apoio para superar os sofrimentos. Quanto aos agressores, deve-se fornecer a orientação para que compreendam a dimensão do que praticaram e ambos recebam orientação para o respeito mútuo e valorização das diferenças.

Com o auxílio dos NEABs deverão ser propostas disciplinas, conteúdos e conhecimentos de origem africana no processo de ensino aprendizagem, onde os sistemas de ensino incentivem as pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas, com o objetivo de ampliação das bases teóricas para educação brasileira.

Para que tais questões sejam concretizadas, faz-se necessário que se construa um conjunto de ações onde os sistemas de ensino e entidades mantenedoras garantam condições humanas, materiais e financeiras para execução de projetos com o objetivo de Educação das Relações Étnico-raciais e estudo de História e Cultura Afro-brasileira e africana, bem como, organização de serviços e atividades que controlem, avaliem, e dimensionem sua consecução, exercendo fiscalização das políticas adotadas e providenciem correção de distorções.

Deverão ser realizadas pelo sistema de ensino federal, estadual e municipal, atividades periódicas com a participação de redes das escolas públicas e privadas de exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagem de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e da Educação das relações Étnico raciais, bem como, a divulgação de resultados obtidos junto ao Ministério da Educação, à Secretaria

Especial de Promoção da Igualdade Racial, ao Conselho Nacional de Educação, para que estes encaminhem providências quando for o caso.

No mesmo sentido, criar-se-ão mecanismos de avaliação das condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, tanto da educação básica como superior, via formulários, projeto pedagógico, plano institucional, itens relativos aos currículos, atendimento aos alunos etc.

Essas diretrizes, resultado do parecer que regulamenta a Lei Federal 10.639/03 e que em parte foi por nós aqui exposta teve como preocupação garantir o acesso a esta normativa legal, permitindo que as instituições de ensino tivessem o real entendimento do parecer na íntegra, propondo que fosse oferecido a todos os professores de todos os níveis de ensino, responsáveis pelo ensino de diferentes disciplinas e atividades educacionais.

Deste modo, considera-se importante estimular a criação de condições para que possam estudar e interpretar as orientações deste aparato legal, enriquecendo e executando as determinações feitas por estas diretrizes e avaliando suas práticas pedagógicas e os resultados obtidos por seus alunos, considerando princípios e critérios apontados por este documento.

Após percorrermos este caminho de trazer a compreensão do que realmente consta nas **“Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”**, no que tange o papel dos estabelecimentos de ensino superior, retomaremos a experiência de desenvolver este projeto em nossa instituição.

Este projeto de caráter interdisciplinar que abrange as áreas supracitadas tem a preocupação de subsidiar os futuros profissionais no trato com as questões étnico raciais e construir conhecimentos sobre a importância do respeito às diferenças para construção de uma sociedade pautada nos direitos humanos universais.

III – O processo de efetivação do projeto EducArte e as atividades desenvolvidas.

Inicialmente, foram selecionados os bolsistas do projeto, sendo que este grupo cumpre a função de planejar os espaços aonde acontecem às atividades. As aulas acontecem em duas escolas municipais de Uruguaiana e no CASE⁶ – Uruguaiana – RS, envolvendo 200 crianças e adolescentes, três vezes por semana em cada instituição com

⁶ Centro de Atendimento sócio-educacional, vinculado ao governo estadual.

duração de 1h e 30 min por atividade, onde cada bolsista é responsável por uma turma em cada espaço.

As aulas são constituídas por intervenções teórico-práticas tratando de temas relativos a capoeira, dança-afro e percussão, onde torna-se possível aos alunos a aprendizagem dos toques de instrumentos como: berimbau, atabaque, timbau, xequerê e compact-congas, pandeiro etc..., havendo espaço para confecção de instrumentos de percussão com materiais recicláveis e alternativos.

As atividades desenvolvidas pelos profissionais da saúde que integram o projeto são intercaladas com as oficinas dentro de um planejamento prévio, dialogando com a necessidade de cada turma. Todas as propostas de intervenções nos espaços são oferecidas no contra-turno das escolas e entidades para preservar a rotina e organização das mesmas e são organizadas juntamente com a equipe diretiva do projeto, bolsistas e coordenações pedagógicas.

Os conteúdos teóricos depois de desenvolvidos em aula são oferecidos aos professores das escolas na intenção de que se crie um acervo sobre as referências e temáticas discutidas nas aulas, sendo posteriormente disponibilizados a outras disciplinas. Como produto destas aulas, buscamos também formar multiplicadores (monitores) que serão observados e selecionados ao longo do desenvolvimento do projeto, ficando eles em contato com a equipe diretiva, buscando aproximar cada vez mais a universidade das necessidades da comunidade e mantendo com outras parcerias as atividades nos locais ao término do projeto, ocupando espaços públicos como ginásios, associações comunitárias, salões de igrejas, as próprias escolas, praças entre outros.

Para este objetivo caberá a escola ou entidade no qual o projeto se insere colaborar na escolha destes monitores e no suporte para manter as atividades na comunidade, onde contarão com o apoio institucional da Unipampa.

IV – Algumas Considerações Parciais

Após seguirmos o percurso de apresentar as perspectivas enquanto proposta de extensão universitária do EducArte: vivenciando a cultura-afro brasileira nas escolas municipais de Uruguaiana e no Centro de Atendimento Sócio educativo - Rio Grande do Sul – Brasil, propomos neste momento algumas considerações a respeito desta experiência de ação pedagógica que dialogue com a diversidade existente em nosso país e que proponha concretamente ao ensino superior estratégias de implementação da Lei Federal 10.639/03 e do cumprimento das “**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações**

Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, no que tange as competências da universidade e dos curso de Licenciatura em particular.

Este trabalho, ainda em andamento, tem produzido resultados significativos, ao inserir nos espaços escolares e não-escolares, a temática da desigualdade racial, contrapondo o mito difundido de um país com democracia racial, o que normalmente mascara a discriminação e o preconceito. Tem-se permitido, com a introdução das modalidades culturais afro-brasileiras, criarmos espaços coletivos de reflexão sobre as diferentes posições ocupadas na sociedade pelos diferentes grupos raciais e a relevância das políticas de ações afirmativas.

Também, observa-se que as atividades desenvolvidas levam a instrumentalizar atuais e futuros educadores no trato com as relações étnico-raciais, construindo reais possibilidades metodológicas para qualificar a ação pedagógica.

Neste sentido, sem esgotar este trabalho neste dialogo proposto consideramos que iniciativas como esta são de extrema importância nas IES, pois contribuem para tornar o espaço acadêmico cada vez mais plural e democrático, um lugar onde a busca de conhecimento e qualificação não desvincule os acadêmicos de suas vivências e construções culturais, que consiga contemplar os diferentes olhares e diferentes saberes e que consiga efetivamente colocar a produção científica a favor das reais necessidades e problemáticas da sociedade e contribua para o combate a todas as formas de discriminação e preconceito e promova a igualdade racial.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOAVENTURA, E. M.; SILVA, A.C. **O terreiro a quadra e a roda: formas alternativas da educação da criança negra em Salvador.** Salvador: Editora da Universidade Estadual da Bahia, 2004

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** São Paulo. Cortez, 1992.

CONTINS, M; SANT'ANNA. L. C. **Movimentos sociais: a construção da cidadania.** São Paulo: CEBRAP, 1984.

CUNHA, Perses.M.C. **Da senzala a sala de aula: como o negro chegou a escola.** 1999.

GOMES, N.L. Alguns termos e conceitos presentes nos debates sobre as relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação antiracistas: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Brasília, 2005. p. 39-62.

GOMES, J. B. **Ações afirmativas e princípio constitucional da igualdade.** Rio de Janeiro: Saraiva, 2001.

GONÇALVES, L.A.O. **As políticas públicas como instrumento de reversão das desigualdades étnicas nos sistemas de ensino.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SANTOS, H. **Políticas de ação afirmativa.** Disponível em:<<http://www.mj.gov.br/sndh/gtvalnegrainiciativas.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2003.

FERREIRA, M.Z. **Dança negro, ginga a história.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 1998, 128p.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2004.

MESSIAS. Marta Íris Camargo. **A Importância da inclusão da cultura afro-brasileira nos currículos de Educação Física escolar a partir do conteúdo capoeira.** Dissertação de mestrado, Centro de Educação – UFSM, 2004.

SISS, A; MONTEIRO, A.J de J. (orgs); CUPOLILLO, A.V. et al. **Educação, cultura e relações interétnicas.** Rio de Janeiro: Quartet: EDUR, 2009, 129p.

SILVEIRA, Marta Iris Camargo Messias da. **O Movimento Social Negro: da contestação as Políticas de Ações Afirmativas e as Implicações para aplicação**

da Lei Federal 10.639/03 – O caso da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria
– RS. Tese de doutorado. Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação da
FACED/UFBA, 2009.